

EDITORIAL

Ed. Vol. 1, Núm. 2 # 2014

A Revista Culturas Jurídicas (RCJ), periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense, apresenta à comunidade acadêmica o segundo número de seu volume inaugural, tendo como linha editorial *O Direito Constitucional na atualidade*. Nesse sentido, a RCJ traz importantes contribuições de autores estrangeiros e brasileiros, a fim de contribuir para uma análise atualizada e pluralista da Constituição e do pensamento jurídico.

O número se inicia com contribuição do francês Michel Mialle, na qual o autor traça as intersecções entre direito constitucional e marxismo, de modo que questiona-se quais relações podem existir entre um sistema constitucional e o marxismo tomado enquanto ideologia. Para tanto, o autor busca apontar as interferências de tal ideologia na construção desse sistema de regras e, ainda, como este sistema se relaciona com as ideologias que o contestam.

Na esteira da teoria crítica dos direitos humanos, Eduardo Mendieta discorre sobre a noção de dignidade a partir dos diversos significados que o conceito adquiriu em sua trajetória histórica, concluindo que, no campo jurídico, existe uma verdadeira ortopedia da dignidade humana que busca arrancar o homem das condições de degradação.

No mesmo campo, Manuel E. Gándara Carballido expõe a necessidade de repensar a noção de direitos humanos a partir das lutas por condições de vida digna, considerada a historicidade própria dos processos sociais e a exigência de reconstrução permanente dos quadros teóricos.

Eduardo Devés-Valdés, por sua vez, resgata a importância da obra de Leopoldo Zea para o estudo das formas como a intelectualidade da América Latina e do Caribe pensou para além da ideia de Estado-nação e para a construção de uma agenda para o desenvolvimento do pensamento e da filosofia da região.

Já Jorge Resina de la Fuente busca questionar a legitimidade das políticas econômicas adotadas pelo Banco Central Europeu em razão da crise econômica europeia, mais especificamente no contexto espanhol, tendo como foco a deturpação da noção de soberania estatal, a existência de uma crise democrática na região e, ainda, a primazia dos interesses econômicos sobre os interesses sociais.

Luciana Poli e Bruno Hazam, examinam o sistema sindical brasileiro e a necessidade de serem apresentadas novas propostas interpretativas a partir da aplicação plena de princípios como liberdade e autonomia sindicais, tendo como pano de fundo a crise enfrentada pelos sindicatos na década de 90.

Andresa Semeghini Pereira, por sua vez, traz suas reflexões sobre a precarização do trabalho docente e a eficácia do direito ao lazer como componente para manutenção da ordem econômica brasileira.

Já Allana Ariel Wilmsen Dalla Santa e Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira discorrem sobre eficácia do processo civil como forma de consolidação da proteção ambiental no que se refere às decisões relacionadas à aprovação dos organismos geneticamente modificados.

Por fim, Igor Mendes Bueno e Maria Beatriz Oliveira da Silva analisam os movimentos populares para uma Constituinte Exclusiva após as Jornadas de Junho de 2013.

Na seção Entrevistas, consta a transcrição do depoimento do Prof. Anderson Vichinkeski Teixeira, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISNOS), sobre o tema “Direito Público Transnacional”, após palestra ministrada no dia 14 de agosto de 2014, no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Na seção Resenhas, trazemos as contribuições dos graduandos em Direito da Universidade Federal Fluminense Clara Monteiro Sampaio e Cléo Gomes Gotelipe, que examinam a obra “Praxis de Liberación y Derechos Humanos: Una introducción al pensamiento de Ignacio Ellacuría”, de Alejandro Rosillo Martinez, e, também, Clara da Costa Cândido Rosalla e Vinícius Fonseca de Oliveira, que examinam a obra “A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano”, de Miguel Abensour.

Na seção Comentários Legislativos, Carlos Victor Nascimento dos Santos traz, no texto “Vamos flexibilizar a soberania popular?”, uma reflexão sobre a edição do Decreto n.º 8.243/14, que regulamenta o art. 3º, inciso I da Lei n.º 10.683/03, criando a política nacional de participação social.

Por fim, na seção Resumos, trazemos os resumos das dissertações de Cecilia Vieira de Melo (“Perspectivas descoloniais e o direito dos povos indígenas ao consentimento prévio” - PPGD/UERJ), Gustavo Moreira Capela (“O direito à prostituição: aspectos de cidadania” – PPGD/UnB), Karina Macedo Fernandes (“Deslocados internos e direito à moradia no contexto dos megaeventos esportivos no

Brasil: direitos humanos relativizados pela colonialidade do poder” – PPGD/UNISINOS) e Mariana Gomes Peixoto Medeiros (“Megaeventos e Direito à Moradia: como opera o empreendedorismo urbano no contexto do neodesenvolvimentismo. O caso do Parque Olímpico no Rio de Janeiro” – PPGD/UERJ), bem como a tese de doutoramento de Ricardo Prestes Pazello (“Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito” – PPGD/UFPR).

Agradecemos a todos os autores que contribuíram com suas produções para este segundo número e reiteramos, ainda, que o espaço encontra-se aberto para todos(as) que se interessarem em publicar seus trabalhos nesta Revista.

Niterói, 13 de março de 2015.

Prof. Dr. Enzo Bello

(Editor-chefe da RCJ)

Kelly Felix

(Assistente editorial da RCJ)